

I – INTRODUÇÃO

1. Delimitação do objeto, espacial e cronológica

1.1 A formação de um comércio de gêneros medicinais na América portuguesa

A partir do processo de ocupação do território da América portuguesa iniciou-se uma série de relatos redigidos por oficiais régios, missionários, entre outros indivíduos que chegavam ao ultramar e identificavam uma área diferente da que estavam acostumados na Europa. Sob essa perspectiva esses primeiros cronistas, naturalistas, homens de ciências e práticos estavam interessados em descrever toda a sorte de moléstias que acometiam os estrangeiros e também apontar sua percepção exógena a respeito da flora e fauna desse Novo Mundo. Deve-se apontar que nos primeiros séculos da colonização a natureza da nova terra era percebida como exótica e era pouco utilizada pelos colonos nos tratamentos de cura de doenças, para isso era trazido junto à Nau uma botica portátil, com um boticário, cirurgião ou barbeiro a bordo. Porém o arsenal médico trazido na viagem era em parte corrompido pela própria navegação e em parte consumido pelos colonos o que gerava carência desses gêneros ao longo da permanência no ultramar.

Com essa necessidade de consumo de gêneros medicinais ficou a cargo dos jesuítas o provimento da população colonial com remédios. Isto também ocorreu pelo fato de os profissionais da arte médica serem escassos e haver, poucas boticas particulares na América portuguesa. Nesse sentido, o processo de ocupação colonial intensificado em fins do século XVII, quando se deu a descoberta das minas de ouro, deslocou o povoamento para o interior e o comércio tornou-se atividade essencial para a manutenção da vida. Como consequência ocorreram algumas mudanças no cenário colonial, tais como aumento da população em Minas Gerais, maior fiscalização metropolitana e a mudança da capital da colônia para o Rio de Janeiro o que fez com que essa região formadora de uma sociedade singular, necessitasse de uma série de profissionais que irão constituir-la ao longo do século XVII até todo o século XVIII.

Nesse contexto começaram a surgir boticas pelas diversas regiões das Gerais, assim como foi significativa a vinda de profissionais da cura como barbeiros, cirurgiões, boticários e um número pequeno de médicos para esta capitania. É importante ressaltar que a medicina setecentista na América portuguesa estava inserida num contexto mais amplo, no período marcado pela filosofia ilustrada que

possuía um caráter pragmático concedendo escalas de importância diferenciadas para as ciências de acordo com o benefício que cada uma delas oferecia ao bem do Estado e da sociedade. Nesse sentido, a medicina volta-se para os interesses imediatos da metrópole, e esta passou a exercer controle sobre os quadros patológicos de seus domínios ultramarinos.

Também foi no período setecentista que se concentrou o maior número de tratados médicos que se dedicavam a uma medicina voltada para a colônia. Sob um enquadramento mais amplo, a América portuguesa assistiu na segunda metade do século XVIII ao intenso debate que confrontou os pressupostos ilustrados sob a égide da Razão e os saberes costumeiros praticados pelos colonos. No território da medicina estabeleceu-se então uma vigorosa condenação das superstições, crendices e recursos preparados por feiticeiras que tanto marcaram até ali o cotidiano da população. A partir de então os médicos organizaram críticas aos saberes opostos aos sistemas científicos. Em nome da razão, as práticas curativas tornam-se, sob o discurso erudito, domínio da medicina.

No reinado de D. João V se iniciou na colônia uma repressão ao exercício não oficial da medicina e o controle das profissões diretamente ligadas às práticas médicas que foram reforçadas duramente no reinado de D. José I onde as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal à Universidade de Coimbra, em 1772, que era tida desde o século XVI como baluarte da escolástica, atingem a elite letrada que ia estudar, entre outros cursos, medicina nesta universidade. Cabe elucidar que, embora Pombal tivesse trocado alguns dos catedráticos de Coimbra, dando ênfase aos estudos anatômicos e a embrionária química, a medicina clássica baseada no galenismo, na teoria hipocrática e nos cânones de Avicena não foi suplantada de imediato.

Um ponto a se destacar é o período chamado, pela historiografia, de “Viradeira”, quando D. Maria I assume o trono português onde reformula algumas medidas empreendidas pelo Marquês de Pombal. Deve-se apontar que este não foi um período de intenso retrocesso, pelo menos no que diz respeito à medicina, pois houve continuidade às práticas pombalinas; Pode-se citar como exemplo a efetivação da fiscalização criando a primeira farmacopeia oficial em 1794, ideia originária de Pombal, que tinha como objetivo normatizar o preparo de remédios no reino e suas conquistas, assim como foi criada durante o reinado de D. Maria I, a Junta do Protomedicato, 1782, que visava aumentar a fiscalização da medicina na América portuguesa em substituição a Fisicatura-mor, o que demonstra que a medicina no século XVIII estava relacionada com uma política do Estado moderno.

Essas medidas empreendidas por Portugal esbarraram, na América portuguesa, em resistências, se circunscrevendo às elites coloniais e aos hospitais que utilizavam estas práticas médicas oficiais. Essa falta de alcance pleno da medicina, considerada científica, se deu por conta da ausência de grande quantidade de médicos e cirurgiões o que fazia com que grande parte da população recorresse aos chamados terapeutas populares¹; os preços dos remédios importados faziam com que os pobres lançassem mão de outras formas de tratamento que não o médico-oficial. O imaginário setecentista ainda estava permeado de figuras fantásticas, de crença na magia e no feitiço o que fazia que uma doença por vezes fosse diagnosticada como malefício e somente através das rezas aliadas com a terapêutica médica é que se poderia fazer cura. É evidente a ligação da Igreja com a medicina científica e a legitimação desta por meio da religião católica, que pode ser percebida por meio da condenação das práticas mágicas estarem presente no discurso religioso e médico assim como a medicina científica possuía o caminho livre para sua prática de cura. Somente com a vinda da família real em 1808 é que a política de fiscalização da metrópole começa a tomar formas concretas permitindo que surjam as primeiras escolas de medicina, o primeiro jardim botânico e a longa marcha da medicina oficial em se disseminar.

No que se relaciona a nossa perspectiva, o comércio dos gêneros medicinais importados estava vinculado com a necessidade de parte da população colonial em consumir os “saberes” considerados mais eficazes advindos da metrópole, além de se adequarem à política de repressão das práticas curativas populares que fugiam ao controle do Estado e da Igreja por estarem ligadas a concepções mágicas não regulamentadas.

Os comerciantes de drogas eram chamados em Portugal de droguistas, categoria específica relacionada com aos fornecedores de remédios para as boticas particulares, boticas de hospitais, etc. não se confundindo com boticários que eram os profissionais que manipulavam os remédios prescritos pelos médicos ou fórmulas de sua própria autoria.

Este grupo sócio profissional apareceu, em Portugal, com maior notoriedade a partir do final do século XVII acompanhando o desenvolvimento da química farmacêutica, sendo de grande importância no reino e em suas conquistas, pois o primeiro laboratório químico português apenas foi instituído na Universidade de Coimbra com as reformas dos estatutos em 1772. Antes disso a formação

¹ PIMENTA, Tânia Salgado. Entre Sangradores e doutores: Práticas e Formação Médica na primeira metade do século XIX. IN: Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, abril de 2003, pp. 94.

química dos boticários portugueses era muito deficiente, o que revela uma importância cabal destes homens no cenário médico luso americano, pois embora muitos desses remédios importados tivessem características da medicina galênica a maior contribuição desses homens de negócio no ultramar foi a inserção de remédios químicos no contexto médico setecentista. Estes homens em Portugal possuíam grande prestígio, não raro, eram familiares do Santo Ofício e frequentemente eram agraciados com o hábito da Ordem de Cristo.

Na América Portuguesa, os carregamentos desse gênero de comércio foram uma especialidade de alguns comerciantes que atendiam ao abastecimento das boticas, repasse desses gêneros a particulares e aos hospitais coloniais e, seu volume de importação ao longo do setecentos mineiro sugere um largo consumo de produtos dissociados da flora e fauna nativa por médicos e cirurgiões em seus tratamentos.

1.2 Notícias da natureza colonial no Estado português

É importante destacar que as medidas empreendidas pelo Marques de Pombal, na segunda metade do século XVIII, impulsionaram a publicação de trabalhos sobre História Natural e Botânica. A Reforma da Universidade de Coimbra foi orientada pelas ideias iluministas, iniciando um movimento de descrição e exploração da natureza para obter um estudo das potencialidades econômicas das regiões para promoção da riqueza do Reino. Portugal preparava o Jardim Real Botânico, onde deveriam estar ordenadas e classificadas a flora e a fauna, analisadas pelos viajantes naturalistas, cujo conhecimento serviria para auxiliar o desenvolvimento do comércio e da agricultura.

A Academia Científica do Rio de Janeiro, criada em 1772 sob o patrocínio do 3º Vice-Rei do Brasil, Marquês de Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça de Mello e Silva), antecederia a sua congênere na capital do Império luso, a Academia de Ciências de Lisboa, fundada em 1779. A sua fundação marcava assim, uma primeira iniciativa da Coroa portuguesa no incentivo à realização de estudos da flora medicinal brasileira e assuntos concernentes à agricultura, diversificando a exploração de recursos naturais para além de metais e pedras preciosas. Esta iniciativa vinha se juntar a outras tomadas na metrópole tais como: a reforma da Universidade de Coimbra no mesmo ano; a da criação do Gabinete de História Natural e dos jardins botânicos da Ajuda, em Lisboa, e o de Coimbra - conformando um conjunto de medidas que expressam o movimento de renovação cultural e científica de

Portugal. O território da América portuguesa, como uma de suas possessões ultramarinas, apresentava-se com grande potencial no fornecimento de produtos que poderiam ser transformados em riquezas para o Estado português.

Depois da expulsão da Companhia de Jesus do Reino de Portugal e de suas colônias, em 1759, a Academia Científica do Rio de Janeiro cumpriria o papel de organizar e promover os estudos de farmácia, medicina, cirurgia e história natural, chegando a ocupar as dependências do Colégio dos Jesuítas, no morro do Castelo. Nesse sentido, a academia se tornou um espaço de experimentação, que buscava o controle da natureza tropical em meio ao espírito de classificação que influenciava o universo iluminista.²

Desde o final do século XVIII, intensifica-se a criação de hortos e de jardins botânicos em diversas capitanias coloniais, onde eram cultivadas plantas da região que seriam enviadas vivas ou secas em herbário para atender as demandas metropolitanas. Os jardins botânicos também se destinavam a experimentos realizados com a transplantação de espécies estrangeiras, promovendo a introdução de novas culturas úteis nas capitanias. Na Bahia, por exemplo, foram aclimatadas a canela, a pimenta e o cravo-da-índia.³

Governadores e magistrados coloniais estiveram diretamente envolvidos com envio de notícias e amostras de plantas e animais nativos. É também nesse tempo que chegam as expedições financiadas pelo Estado, como as de Alexandre Rodrigues Ferreira, para o Rio Negro e Mato Grosso, responsáveis pela catalogação e remessa das espécies das capitanias estudadas para o Jardim Real. Alexandre Rodrigues Ferreira era discípulo de Domenico Vandelli, naturalista italiano que participou da reforma da Universidade de Coimbra, e foi enviado para fazer um minucioso levantamento das riquezas da região amazônica, descrevendo o clima, os acidentes geográficos, os animais, as plantas e os minerais.⁴

Tais atividades estavam voltadas para o bem-estar dos povos e para o progresso da agricultura e do comércio. Conforme a afirmação de Alexandre Rodrigues Ferreira: “*o grau de aplicação de uma ciência mede-se pela sua utilidade*”.⁵

² MARQUES, 1999. p. 92; e, VELLOSO, 2007. p. 20.

³ HEYNEMANN, 2000. p. 20-37.

⁴ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. 1985. p. 247; e, RAMINELLI, 2008. p. 61-80.

⁵ FONTES, 1966. p. 111.

Em 1795, D. José Luís de Castro, Conde de Resende, redigiu um ofício para D. Luís de Castro Coutinho (secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e Interino da Marinha e Ultramar), informando as “*vantagens que deverá resultar do descobrimento, cultura e comércio dos infinitos óleos, bálsamos, gomas e outros vegetais*” que eram oriundos do Rio de Janeiro. Esse documento revela a preocupação do vice-rei do Brasil em promover a utilização das plantas descritas pelos naturalistas nos tratamentos das doenças na capitania fluminense, pois

(...) as epidemias cada vez mais se multiplicam talvez por se desprezarem as ervas e raízes próprias do país, frescas e cheias de suco, para se substituir por outras alienígenas que por velhas e falta de substância não acreditam quem aplica e nem aproveitam os enfermos (...).⁶

Segundo o Conde de Resende, alguns médicos e cirurgiões eram os responsáveis pela não utilização das plantas nativas, pois muitos chegavam de Portugal com um conhecimento determinado a respeito do uso dos remédios nos tratamentos das doenças, e não se permitiam mudar o receituário. Já os boticários foram culpados pela ganância que tinham na venda de gêneros de botica importados não se preocupando com a saúde dos enfermos. Decidido em transformar essas práticas, o governante mandava notícias a respeito da experiência que estava sendo feita pelo cirurgião-mor do Hospital Militar, Antônio José Pinto, no cultivo de espécies nativas, reconhecidas pela população como eficazes para a cura de doenças. Essa aclimação era realizada na horta vizinha ao hospital, chamada Horta do Colégio, visando o provimento da botica, afirmando que essa atitude diminuiria os custos da Fazenda Real com a compra “*de outras ervas e raízes estrangeiras*”⁷.

Os antigos Colégios dos Jesuítas contavam com horta e botica, pois na horta eles realizavam experimentos com espécies nativas e também plantavam sementes importadas para serem comercializadas na botica. Após a expulsão dos missionários e com a fundação da Academia Científica do

⁶ AHU, Ofício, 1795. Documentos sobre RJ, Cx. 155, Doc. 11890. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro] ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e Interino da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa [Coutinho], informando das vantagens encontradas na utilização dos recursos vegetais daquela capitania...

⁷ AHU, Ofício, 1795. Documentos sobre RJ, Cx. 155, Doc. 11890. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro] ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e Interino da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa [Coutinho], informando das vantagens encontradas na utilização dos recursos vegetais daquela capitania... pp. 2

Rio de Janeiro, a antiga horta dos jesuítas passou a funcionar como seu jardim botânico, tendo sido aproveitadas algumas culturas, como foi o caso da jalapa.⁸

Com a dissolução da Academia Científica do Rio de Janeiro, em 1779, se iniciou um processo de contendas a respeito da administração do seu horto botânico. Os ex-sócios Antônio José Castrioto e José Henriques de Paiva disputaram a autorização do Marquês de Lavradio para continuarem suas pesquisas no local, chegando Paiva a oferecer o total de 12\$800 réis pelo arrendamento do terreno. O vice-rei D. Luís de Vasconcelos constatou, ao visitar o horto, que o mesmo estava abandonado contando somente com a presença de pessoas vendendo hortaliças e frutas em suas cercanias. Finalmente, decidiu incorporar esse terreno ao Hospital Militar para continuar mantendo os mesmos princípios fomentistas do governo pombalino.⁹

José Henriques de Paiva, seu pai e seu irmão foram os membros da Academia Científica do Rio de Janeiro e destacaram-se por seu trabalho de divulgação de espécimes da flora e fauna americanas. José Henriques de Paiva também foi médico do Marquês de Lavradio e um dos fundadores da agremiação, autor do estudo sobre a história e o desenvolvimento da cochonilha do Brasil; e, seu irmão, Manoel Joaquim Henriques de Paiva, médico e boticário, foi o autor da Farmacopéia Lisbonense (1785), cuja segunda edição foi publicada em 1802 contava com uma lista de plantas medicinais brasílicas.¹⁰

A Farmacopeia Lisbonense, de 1802, tinha a finalidade de preencher algumas lacunas deixadas pela Farmacopeia Oficial de 1794, acrescentando alguns fármacos e receitas da Europa, Ásia, África e América negligenciadas. Paiva incluiu, entre os fármacos do Brasil, os seguintes medicamentos: almecega, goma elemi, óleo de copaíba, cacau, café, cajueiro, ipecacuanha, ipecacuanha branca, flor de ipecacuanha, espigelia, gengibre, guaiaco (pau-santo), jaborandi, jalapa, laranjeira azeda e laranjeira doce, limão azedo, mamona, batata de purga, pimenta negra, pimentão, rum, salsa parrilha, sassafrás, senne de Itália, tamarindos, tabaco (herba santa), deixando de fora de sua compilação alguns remédios identificados por Piso e Macgrave no século XVII. Ainda em 1809, o Regimento expedido por D. João VI chama a

⁸ HEYNEMANN, 2000. p. 55.

⁹ REIS, Paulo César dos Reis. Os intelectuais e a circularidade cultural na América portuguesa: O caso da Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779). Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2006. pp.76-102.

¹⁰ MARQUES, V. R. B. Natureza em boiões – Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Ed.: UNICAMP, 1999. p. 99.

atenção pela pequena quantidade de medicamentos brasílicos ainda persistindo a importação dos gêneros de botica que vinham em sua maioria de outras regiões, como a Ásia, África e Europa.¹¹

Essas obras de referências, de fins do século XVIII e início do século XIX, revelam que mesmo com os esforços empreendidos pelas autoridades nas pesquisas sobre as propriedades e utilidades da flora e da fauna no Brasil, ainda preponderava, entre os profissionais da saúde, uma desconfiança em relação à eficácia dos gêneros nativos. Cabe ressaltar que, embora alguns desses produtos tenham sido incorporados pela farmacopeia europeia, a sua escolha era baseada na comprovação de sua analogia com os gêneros importados, ou seja, a quina era uma raiz que tinha propriedades febrífugas e assim também era a ipecacuanha.¹²

No final do século XVIII chegou ao Rio de Janeiro o médico e correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e de Montpellier, Manoel Joaquim de Sousa Ferraz, para se tratar de uma doença não revelada no documento. Ao perceber o interesse do Conde de Resende em melhorar os estudos botânicos na capitania lhe enviou suas sugestões de mudanças. Sua intenção era que os boticários substituíssem as “*drogas velhas, corruptas e adulteradas que por grande preço se mandam vir da Europa*” pela comercialização de vegetais indígenas que não eram consumidos nas boticas pela ignorância dos profissionais pelos assuntos de ciência botânica. Ferraz propôs a criação de um Jardim Médico-Botânico no Rio de Janeiro, para onde os governantes de todas as capitanias da América portuguesa mandariam exemplares de sementes ou de plantas vivas das regiões para serem aclimatadas. Desejava também instituir a aula de botânica no referido jardim, ficando os boticários e cirurgiões obrigados a freqüentá-la para exercício de sua profissão.¹³

Percebe-se que ao final do século XVIII e início do XIX o exercício da medicina e seus recursos, que incluíam o uso de plantas medicinais, eram parte de um movimento mais amplo de reformas ilustradas. As tentativas de regulamentação dos ofícios da arte de curar, a vigilância do comércio de

¹¹ PAIVA, Manoel Henriques de. Farmacopéia Lisbonense ou Coleção dos Simples, Preparações e Composições Mais Eficazes e de Maior Uso. Lisboa: Oficina Patriarcal de João Procópio Correia da Silva, 1802; Sobre a questão das farmacopéias ver: PITA, João Rui. Farmácia, Medicamentos e Saúde Pública em Portugal (1876-1935). Algumas questões e problemas. Seminário apresentado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra, 2003. pp. 3-4.

¹² FURTADO, Júnia F. Boticários e Boticas nas Minas do Ouro. Farmácia, Ofício e História. BH: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, 2005. pp. 39.

¹³ AHU, 1795, Documentos sobre RJ, Cx. 155, Doc. 11890. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro] ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e Interino da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa [Coutinho], informando das vantagens encontradas na utilização dos recursos vegetais daquela capitania... pp. 6-7.

drogas e a produção de livros, que versassem sobre os benefícios da agricultura e dos exemplares da flora, foram algumas das iniciativas que visaram melhorar as condições de vida no âmbito do império português como um todo.

1.3 Chegada da Corte e o impacto nas práticas de saúde

A transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro no contexto das invasões napoleônicas desencadearam transformações que iriam afetar as relações entre Estado e sociedade. A criação da Academia Real Militar, do curso de Agricultura, da Biblioteca Real, do Museu Real, do Real Horto (depois Jardim Botânico) e das Escolas de Cirurgias em Salvador e no Rio de Janeiro, assim como a extinção da Junta do Protomedicato, recriando a Fisicatura-Mor, com sede no Rio de Janeiro, demarcam um novo momento de institucionalização da medicina luso-americana.¹⁴

Parte das medidas empreendidas pelo príncipe regente D. João VI sobre os serviços de saúde do Rio de Janeiro, visava melhorar a assistência das tropas dos Reais Exércitos e Armada de Portugal. Para isso criou a Botica Real Militar que foi instalada anexa ao Hospital Militar e Ultramar tirando da Fazenda Real a incumbência de provê-la de medicamentos.¹⁵

O ensino de cirurgia instalado no Hospital Militar do Rio de Janeiro não foi uma novidade trazida pela Corte. O cirurgião-mor Antônio José Pinto era professor de anatomia e cirurgia da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Militar desde 1798. A partir da chegada da família real, houve uma obrigatoriedade do ensino de botânica e cirurgia para a concessão das cartas de licença pela Fisicatura-Mor. Antes da chegada da corte os aspirantes a boticários e cirurgiões apenas tinham que apresentar um atestado que comprovasse sua prática junto algum mestre durante quatro anos e pagar emolumentos para a Fisicatura para que a licença fosse concedida.

Com a política de abertura dos portos empreendida por D. João VI, diversos comerciantes monopolistas de remédios secretos de origem europeia, principalmente francesa, começaram a entrar no Brasil. Segundo Maria Beatriz Nizza, em 1810, a Água de Inglaterra foi objeto de grande publicidade na

¹⁴ JESUS, 2004. p. 98.

¹⁵ BRAGA, 2007.

Gazeta do Rio de Janeiro o que demonstra a permanência no comércio de remédios importados, embora houvesse profissionais da saúde que defendesse o consumo das plantas medicinais locais.¹⁶

Os medicamentos importados continuaram a fazer parte das preocupações dos profissionais da farmácia por todo o século XIX. Um dos mais atuantes médicos do período, fundador da Sociedade de Medicina e redator de periódicos especializados, o Dr. Sigaud, apontava, em 1835, para a ausência, no Rio de Janeiro, de inspeção das boticas e da venda de remédios e drogas. A lei de agosto de 1828, que “suprimiu a ditadura do físico-mor do império”, havia devolvido tais atribuições às câmaras municipais. No entanto, essas responsabilidades foram relegadas, enquanto, denunciava Sigaud, o número de boticas crescia progressivamente e os armazéns de remédios simples e compostos se multiplicavam. O autor ainda desafiava:

Quem poderá dizer quantas pessoas vendem remédios conhecidos, ou secretos, sem saber o que vendem? Que bizarra indústria a de vender a retalho pregos, fechaduras e martelos conjuntamente com salsaparrilha, quina, mercúrio, e outras substâncias de primeira necessidade na prática médica (...).¹⁷

A “bizarra indústria” a qual se referia eram as lojas de ferragens que, tradicionalmente, vendiam drogas medicinais, simples e compostas, e desde o fim da Fisicatura-mor atuavam de maneira livre. O outro lado da expansão da venda de remédios e drogas medicinais era a procura da população por essas mercadorias. Segundo Tânia Salgado Pimenta, esse mercado oferecia, constantemente, novidades que poderiam cair nas graças do público, ávido por soluções definitivas, e proporcionar lucro aos vendedores por um bom tempo.¹⁸

O historiador Flávio Edler revela que ainda em 1852, entre os remédios indicados como indispensáveis pela Junta de Higiene figuravam: Água de Inglaterra, Água de canela, Água de cereja, Água de melissa, Almíscar, Assa-fétida, Bálsamo peruviano, Ceroto de Galeno, Benjoim, Emplastro de cicuta, Cantáridas, Extrato de alcassuis, Noz-vômica, Salsa parrilha, Ruibarbo, Maná, Quina, Goma Arábia, entre outros remédios amplamente comercializados no final do século XVIII.¹⁹

¹⁶ EDLER, 2006. p. 59; e, SILVA, 2008. p. 77-78.

¹⁷ *Diário de Saúde*, 02/05/1835. “Da visita das boticas, e da venda pública de remédios, e substâncias venenosas”. Apud. PIMENTA, 2003. p. 39.

¹⁸ PIMENTA, 2003. p. 43.

¹⁹ EDLER, *op. cit.* p. 71.

As mudanças provocadas pela chegada da Corte ao Rio de Janeiro foram eficazes na institucionalização da medicina e no aumento da perseguição aos curandeiros e parteiras que não possuíam licença da Fisicatura. Também houve esforços na incorporação de remédios nativos da América na medicina de origem europeia, mas isso não significou que o consumo de remédios importados tenha desaparecido por completo do receituário dos profissionais. Nesse período, o exercício da medicina no ultramar ganhou novos rumos e novas contribuições.

Com base no que foi descrito acima, afirma-se que este projeto tem como tema principal o abastecimento de remédios importados para América portuguesa após 1780 até a independência da colônia portuguesa. Pretende-se com isso investigar as peculiaridades da distribuição destes gêneros, a composição das listas de remessas, as diferenças existentes entre os tipos de remédios importados para cada capitania, a progressão quantitativa de sua importação ao longo do tempo, a transformação do grupo sócio econômico ligado ao ramo do medicamento, bem como a consolidação ou mudança nas redes de relações tecidas por esses comerciantes de gêneros de boticas no âmbito dos seus negócios e a ligação destes com outros comerciantes no ultramar americano. Com isto, pretende-se verificar a dinâmica do processo de absorção e validação dos saberes coloniais no período da constituição das Academias de Ciência e da fundação de um Horto Botânico e observar o perfil dos profissionais que comercializavam remédios e a sua atuação neste período.

Cabe ressaltar que, embora a delimitação temporal situe nosso objeto de estudo nas últimas décadas do século XVIII, não será descartada a possibilidade de analisar o saber médico em momentos anteriores, quando as fontes indicarem um período de maior vivacidade. O estudo da medicina enquanto aspecto sócio cultural deve considerar esta como sendo fenômeno da longa duração, sobretudo quando se considera que o saber médico estava estreitamente ligado ao pensamento político e religioso, nos quais os grupos em questão estão inseridos.

VII – Fontes e Bibliografia

Fontes Primárias Impressas

COELHO, Manoel Rodrigues. *Pharmacopeia Tubalense Chimico Galenica*. Lisboa: Of. Antônio de Sousa da Silva, 3 vols., 1735.

Farmacopéia Geral para o Reino e Domínios de Portugal, 2 vols. Lisboa: Régia Of. Tip., 1794.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. In: FURTADO, Júnia F. (org.). *Erário Mineral / Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 821p. 2v. il.

FIGUEIREDO, Luciano R. (coord.). *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis / Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Mineiros, 2 vol.

MATHIAS, Herculano G. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

Pharmacopéia Baetana. Ed. Officina Real Delandesiana. Lisboa, 1713.

PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio narrativo do peregrino da América*. Rio de Janeiro, Publicação da Academia Brasileira, 1939.

PORTUGAL, S.R. *A Farmacopéia portuense*. Lisboa: Of. Francisco Mendes Lima, 1766.

REGIMENTO dos preços dos medicamentos simples preparados e compostos assim com se descrevem na farmacopéia geral do reino, feito publicar por ordem de S.A. Real o príncipe regente. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1809.

REGIMENTO dos preços para os boticários feitos por mandato del Rey N. Senhor, pelo doutor Antônio da Costa Falcam. Lisboa, Oficina de José da Silva Natividade, 1758.

SANTO ANTÔNIO, D. C. de. *Farmacopéia lusitana*. Coimbra: Of. João Antunes, 1704.

SEMEDO, J. C. *Polienteia medicinal*. Lisboa: Of. de Antônio Pedrozo Galram, 1727.

_____. *Compêndio dos segredos medicinais, ou remédios curvianos, que inventou e compôs o doutor João Curvo Semedo*. Lisboa: Of. de José de Aquino Bulhões, 1783.

_____. *Memorial de vários símplex que da Índia Oriental, da América, e de outras partes do mundo vêm ao nosso reino para remédio de muitas doenças*. Lisboa: s.e.,s.d.

Fontes Primárias Manuscritas

Arquivo Nacional - Coleção Casa dos Contos (Avulsos) - Caixas: 57, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 145, 149, 152, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 187, 188, 189, 190, 200, 423.

Arquivo Nacional - Testamentos e Inventários post-mortem

Maço 433, nº 8379 - Francisco Pereira de Mesquita; Maço 676, nº 9698 - João Batista Machado; Maço 463, nº 6531 - Pedro José Roiz; Maço 454, nº 6387 - João Coelho de Souza; Maço 395, nº 4006 - João Antônio Pessoa; Maço 376, nº 6638 - Manuel Caetano Pinto; Maço 901, nº 1486 - José Antônio dos Santos; Maço 289, nº 3503 - José Roiz de Carvalho.

Fontes Primárias em Meio Digital

Banco de Dados referente às listas de comércio da Coleção Casa dos Contos (Avulsos), já transcritas pertinentes aos séculos XVIII e XIX.

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – IN: http://www.cmd.unb.br/resgate_ahu.php

Obras de Referências

SILVA, M. B. Nizza da. Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil. Ed. Verbo, Lisboa, 1994.

VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Colonial. Rio de Janeiro. Ed. Objetiva. 2000.

Bibliografia Geral

ABREU, Eduardo. A physicultura mor e o cirurgião mor dos exércitos no reino de Portugal e estados do Brazil. In: Revista do IHGB, vol. 63, 1901.

ABREU, J. C. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. BH, Ed. Itatiaia, 1989.

ARAÚJO, Alceu M. Medicina Rústica. SP, Ed. Brasiliense, 1979.

BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais. São Paulo; Brasília, ed. HUCITEC, 1999.

BELTRAN, Maria Helena R. Imagens de magia e de ciência: entre o simbolismo e os diagramas da razão. SP, ed. Educ/ FAPESP, 2000.

- BICALHO, F., FRAGOSO, J.R. e GOUVÊA, M.F. (Org.). O Antigo Regime nos Trópicos - a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2001.
- BOXER, Charles R. O império colonial português, 1415-1825. São Paulo, ed. Edições 70, 1969.
- CARNEIRO, H. Filtros, Mezinhas e Triagas – As drogas no mundo moderno. SP, ed. Xamã, 1994.
- CHALHOUB, S., MARQUES, V. R. B., SAMPAIO, G. R. e SOBRINHO, C. R. G. (Orgs.). As artes médicas e ofícios de cura no Brasil. SP, ed. UNICAMP, 2003.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa, ed. Difel, 1991.
- CHAVES, C. Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas. História. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1995.
- DIAS, José Pedro Sousa. Um grupo sócio-profissional setecentista de grande importância na economia do medicamento: os droguistas. In: Farmácia Portuguesa, nov. - dez., no 54, 1988.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Revista do IHGB. Vol. 278, 1968.
- ELLIS, Mirian. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII. In: Revista de História, vol.17, nº 36, 1958.
- FALCON, F. C. A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A arte de curar: Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro, ed. Vício e Leitura, 2002.
- FOUCAULT, M. A Microfísica do Poder. RJ, ed. Graal, 1981.
- _____. O nascimento da clínica. RJ, ed. Forense – Universitária, 1987.
- FRAGOSO, João L. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1998.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala - formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro/ São Paulo, ed. Record, 2000.
- _____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FURTADO, Júnia F. *Homens de Negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentista*. São Paulo, ed. HUCITEC, 1999.
- GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes. São Paulo, ed. Cia das Letras, 2000.

GROSSI, R. *A arte da cura: uma contribuição para o estudo da medicina na capitania das Minas (1750-1808)*. In: Cronos: Revista de História, nº 8, 2005.

HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. SP, ed. Edusp, 1996.

HESPANHA, Antônio Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. *As redes clientelares*. In: (Dir.) MATOSO, J. História de Portugal, O Antigo Regime, vol. 3, 1993.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo, ed. Cia das Letras, 2001.

LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Lisboa, ed. Terramar, 1997.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa, ed. Brotéria, 1953.

MARQUES, Vera R. B. *Natureza em Boiões: Medicinas e boticários no Brasil setecentista*. São Paulo, ed. UNICAMP, 1999.

MAXWELL, K. *A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. SP, ed. Paz e Terra, 2001.

MENEZES, José Newton. *O continente rústico: abastecimento alimentar na comarca do Serro Frio (1750-1810)*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1997.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos em Portugal e no Brasil, 1779-1808*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, 29 (1997): 87-108.

NOVAES, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808)*. São Paulo, ed. HUCITEC, 1979.

PIMENTA, T. S. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. Tese de doutoramento, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2003.

_____. *Entre Sangradores e doutores: Práticas e Formação Médica na primeira metade do século XIX*. IN: Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, abril de 2003. pp. 91-102

PITA, João R. *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra, ed. Minerva-história, 1996.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, ed. Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Lorival. *Medicina no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, s.e., 1971.

RIBEIRO, Márcia M. *A Ciência dos Trópicos: A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, ed. HUCITEC, 1997.

_____. *O Paradoxo das Luzes – Demonologia e exorcismos no universo luso-brasileiro século XVIII*. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH, USP, 2001.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais – nascimento do consumo séc. XVII – XIX*. RJ, ed. Rocco, 2000.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. SP, ed. Unesp/ Hucitec/ Abrasco, 1994.

SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras da cura – As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. SP, ed. UNICAMP, 2001.

SANTOS FILHO, Lycurgo dos. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo, ed. HUCITEC/ Edusp, 1977.

SOUZA, Laura de M.e. *Desclassificados do ouro – A pobreza mineira no século XVIII*. RJ, ed. Graal, 2004.

_____. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo, ed. Cia das Letras, 2000.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, ed. HUCITEC/ Edusp, 1990.